



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A VISÃO DOS PROFESSORES SOBRE A REDE DE APOIO A
INCLUSÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL DA CIDADE DE CARINHANHA-BA**

GERCÍLIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES

ORIENTADOR (A): ERIVALDO FERNANDES NETO

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

GERCÍLIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES

**A VISÃO DOS PROFESSORES SOBRE A REDE DE APOIO A
INCLUSÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL DA CIDADE DE CARINHANHA-BA**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar, do Departamento
de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
Humano – PED/IP – UnB/UAB. Orientador
(a): Erivaldo Fernandes Neto

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

GERCÍLIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES

A VISÃO DOS PROFESSORES SOBRE A REDE DE APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL DA CIDADE DE CARINHANHA-BA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em _28__/_11___/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ERIVALDO FERNANDES NETO (Orientador)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

GERCÍLIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES (Cursista)

BRASÍLIA/2015

Dedico este trabalho monográfico a Deus, pois sem a sua força jamais seria capaz de realizá-lo. A minha família pelo apoio. E também a minha prima Joselina, por ter me incentivado e encorajado a continuar com os meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua infinita misericórdia e por ter me dado à vida e a oportunidade de superar os desafios nessa jornada tão difícil, mas muito gratificante.

A minha prima Joselina que não me deixou desistir desde a 5ª série.

A minha família pelo amor, carinho e compreensão.

Ao orientador Erivaldo, por ser uma pessoa compreensível, dedicado, que sempre buscou dar o melhor de si, orientando e apoiando quando necessário.

A minha colega Lúcia pela força e o incentivo. Pois sempre lutamos juntas dividindo as nossas angústias e felicidades.

Enfim agradeço a todos que confiaram e sonharam junto comigo, e de forma direta ou indireta compartilharam e contribuíram para este processo de formação.

RESUMO

A presente monografia retrata os desafios dos professores da rede de apoio à inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual de Carinhanha. Tendo como objetivo principal apresentar um breve diagnóstico qualitativo sobre a realidade da rede de apoio à inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual nas classes regulares do ensino comum em Carinhanha-BA, sob o olhar dos professores, evidenciando principalmente suas maiores dificuldades. O trabalho apresenta ainda uma pesquisa bibliográfica que, identifica os recursos e metodologias que podem ser utilizadas no trabalho com estudantes com necessidades educacionais especiais, além de apontar as dificuldades e os desafios encontrados no cotidiano escolar, propondo alternativas que favoreçam a aprendizagem destes alunos. O trabalho conta com uma fundamentação teórica, uma breve revisão da literatura atual sobre o conceito de Deficiência Intelectual, Educação Inclusiva, suas causas e consequências no processo de desenvolvimento humano, metodologias e estratégias de ensino da educação especial. Foi utilizada a abordagem da pesquisa qualitativa, através de pesquisas semiestruturadas e protocolos de observação, que foram aplicados em professores de três esferas da rede de apoio à inclusão escolar, que foram elas: 1. Escola comum do ensino regular; 2. Centro de atendimento educacional especializado; 3. Escola especial substitutiva. Através dos dados coletados, podemos perceber que nem todos os professores ainda se sentem preparados para enfrentar os desafios da inclusão e solicitam medidas para capacitação profissional, acreditam que a inclusão é importante e necessária, mas que os apoios são insuficientes. Constatamos ainda que não existem metodologias diferenciadas objetivas para educação das pessoas com deficiência intelectual, por outro lado o que existe é uma grande boa vontade dos professores em tentar fazer o melhor com o que tem.

PALAVRAS CHAVE: Trajetória profissional. Inclusão. Deficiência Intelectual.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. A LDB prevê a possibilidade da escolarização da pessoa com deficiência acontecer em escolas comuns, classes, escolas ou serviços especializados, em sua opinião em qual desses espaços a pessoa com deficiência intelectual tem maior proveito em sua aprendizagem?.....	23
Quadro 2. Você usa algum método diferenciado para o ensino do estudante com deficiência intelectual?.....	23
Quadro 3. O estudante com deficiência intelectual participa de todas as atividades desenvolvidas em sala de aula?.....	24
Quadro 4. A pessoa com deficiência intelectual tem um aprendizado satisfatório conforme as diretrizes curriculares da educação básica?.....	25
Quadro 5. As atividades do Atendimento Educacional Especializado tem surtido efeito satisfatório no desenvolvimento escolar do estudante com deficiência intelectual?.....	25
Quadro 6. Existe um professor apoio em sala para auxiliar a pessoa com deficiência intelectual a entender melhor o conteúdo e realizar as atividades?.....	26
Quadro 7. Uma socialização positiva entre os estudantes com e sem deficiência intelectual? Em caso negativo aponte quais ações tem sido tomadas para melhorar a convivência.....	26
Quadro 8. Quais dificuldades são encontradas na rede regular de ensino no processo de inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais?.....	27
Quadro 9. Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes com deficiência intelectual?.....	28
Quadro 10. O que você tem feito para que estudante com deficiência intelectual acompanhe o resto da turma?.....	29
Quadro 11. Em sua opinião, qual a real possibilidade de inclusão do aluno com deficiência intelectual na rede comum?.....	30

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	Erro! Indicador não definido.
2.1. Educação Inclusiva como desafio	Erro! Indicador não definido. 2
2.2. Legislação atual sobre educação inclusiva e conceito de deficiência intelectual	Erro! Indicador não definido. 2
2.3. Conceito de deficiência intelectual	Erro! Indicador não definido. 3
2.4. A educação inclusiva no contexto de uma escola aberta a diversidade	Erro! Indicador não definido. 5
2.5. A escolarização de alunos com deficiência intelectual	Erro! Indicador não definido. 6
3: OBJETIVOS	18
2.1 Objetivo geral	18
2.2 Objetivos específicos	18
4: METODOLOGIA	19
3.1 Fundamentação teórica da metodologia	Erro! Indicador não definido.
3.2 Contexto da pesquisa	19
3.3 Participantes	Erro! Indicador não definido. 0
3.4 Materiais	Erro! Indicador não definido. 0
3.5 Instrumentos de construção de dados	Erro! Indicador não definido. 0
3.6 Procedimentos de construção de dados	Erro! Indicador não definido. 2
3.7 Procedimentos de análise de dados	Erro! Indicador não definido. 2
5: RESULTADOS E DISCUSSÃO	Erro! Indicador não definido. 3
6: CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	Erro! Indicador não definido. 2
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES (MODELO)	34
ANEXO A – CARTA DE ACEITE INSTITUCIONAL	35
ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO	36
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	Erro! Indicador não definido.

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho busca falar um pouco sobre os desafios dos Professores da rede de apoio à inclusão escolar dos estudantes com deficiência intelectual no município de Carinhanha. O intuito é refletir sobre o cotidiano da sala de aula, identificando as metodologias de trabalho e apoios usados durante as atividades diárias.

A escolha do tema surgiu a partir da constatação de que a legislação atual e, assim citamos duas principais, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*¹ e o *Decreto Nº 7.611/11*², estabelecem múltiplas possibilidades educacionais para pessoas com deficiência. As modalidades de ensino são: “classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas.”³.

O tema escolhido surgiu também devido minha trajetória profissional que se deu no início de 2003, quando pela primeira vez assumir uma sala de com Jovens e Adultos; foi a minha primeira experiência após a minha formação em magistério. Nos anos seguintes até em 2005 trabalhei com extensão de 5ª a 8ª série com as seguintes disciplinas artes e ciências. Em 2014 tive uma nova experiência na (APAE) Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais. Tive muita dificuldade, foi um grande desafio trabalhar com alunos especiais, porém bastante gratificante, pois aprendi muito com eles, percebi, no entanto que ensinar não é fácil, uma vez que todos nós aprendemos de maneira diferente. E as pessoas com necessidades educacionais aprendem de acordo com os seus ritmos o aprendizado destas ocorre dentro de um processo mais lento, no qual requer bastante paciência.

A minha atuação profissional fez com que eu percebesse que o exercício educacional é um aprendizado constante, em que temos a necessidade de estarmos inovando os nossos conhecimentos a cada dia, pois a educação é indispensável para o desenvolvimento do ser humano, tendo em vista que é a oportunidade de estar em contato com uma diversidade de culturas que possibilitarão situações de aprendizagem tanto em minha vida acadêmica quanto profissional.

Vale ressaltar que muitos foram os caminhos e transformações vividas para chegar até o momento atual. Tanto é que consegui atravessar várias barreiras e graças a Deus tenho

¹ BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

² Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o AEE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 06 abr. 2015.

³ Idem.

vencido e irei vencer todas as dificuldades para que possa ter acesso a múltiplas situações que permitam o compartilhamento de saberes e que proporcione oportunidades concretas de troca de ideias e colaboração nas ações, envolvendo as minhas experiências profissionais e educacionais.

O Plano Nacional de Educação aprovado em 2014, ainda prevê as seguintes possibilidades:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014, p. 20).

Mediante essas múltiplas oportunidades de inclusão escolar para as pessoas com deficiência, nossa pesquisa tende a averiguar a opinião dos professores a respeito da organização desses serviços na formação de uma rede de apoio a inclusão escolar da pessoa com deficiência intelectual.

A deficiência intelectual foi destacada por entendermos que se trata de uma condição que exige apoios ainda mais especializados. Por exemplo, quando pensamos em acessibilidade para pessoas com deficiência física, logo conseguimos formular padrões de adaptação, como rampas, corredores e portas alongadas, barras de apoio nos banheiros... Etc. Mas no que concerne à acessibilidade para pessoa com deficiência intelectual, não é possível termos em um primeiro momento uma ideia clara do que possa ser. A literatura científica em geral nos mostra que a acessibilidade nestes casos está ligada a adaptação curricular, metodologias e práticas diferenciadas, a criação de apoios individualizados que facilitem a compreensão dos conteúdos, avaliação diferenciada, dentre várias outras possibilidades.

Mas, avaliando esse contexto como se organiza a educação para as pessoas com deficiência intelectual em um município como o de Carinhanha no interior da Bahia? Quais são as possibilidades educacionais? E os recursos disponíveis?

Buscamos as respostas dessas questões centrais na opinião dos professores da rede municipal de educação. Após a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva⁴ em 2008, os professores assumiram como desafio dos

⁴ A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de

nossos tempos a inclusão escolar de pessoas com deficiência no ensino comum. Os desafios encontrados são inúmeros, pois cada indivíduo traz consigo uma gama de conhecimentos que precisam ser valorizados, bem como a sua cultura e o seu tempo de aprendizagem devem ser respeitados em virtude das especificidades de cada um. Dessa forma, pensar na educação inclusiva como processo prático da vida cotidiana é necessário.

Existe, por tanto, a necessidade de uma avaliação diagnóstica em relação aos desafios dos professores para fazer da inclusão escolar uma prática diária dentro do ambiente escolar e ao mesmo tempo um processo que avança. Assim pretendemos ter uma visão do processo de inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual, apontando qualitativamente como anda este processo, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão prática da realidade da proposta pedagógica e dos profissionais da educação.

Percebe-se que a inclusão é um grande desafio para todos, principalmente para os profissionais de educação, que têm de fato, que trabalham diretamente com os estudantes. Para que os objetivos da educação inclusiva se efetivem é necessário mudar o entendimento coletivo, fazendo com que a sociedade valorize a diversidade humana.

No primeiro capítulo foi abordada a Educação Inclusiva no contexto de uma escola regular inclusiva, buscando entender quais apoios e adaptações estão disponíveis aos estudantes com deficiência intelectual.

No segundo capítulo foi abordada a Escolarização de alunos com deficiência Intelectual, buscando entender como mais sobre a qualidade dos serviços prestados e nível de socialização do estudante com deficiência intelectual.

O terceiro capítulo trata do preparo do professor e das possibilidades educacionais disponíveis na rede municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Educação Inclusiva como desafio

Sabe-se que a educação é um processo de aprendizagem indispensável e constante na vida do ser humano. Nesse sentido a escola inclusiva tem como finalidade promover o acesso, a permanência e o sucesso do aluno com necessidades educacionais especiais na escola, tendo em vista que a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção, podendo assim valorizar o seu potencial visando um novo olhar desses alunos. "A educação inclusiva defende a heterogeneidade na classe escolar, não apenas como situação provocadora de interações entre crianças, mas como fator importante nas aprendizagens é a reciprocidade é preciso uma pedagogia que se dilate antes as diferenças do alunado" (BEYER, 2006, p. 85). Nesse sentido para que a inclusão seja uma realidade, se faz necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas afinidades com o processo de ensino aprendizagem, e preparar-se para receber o aluno com deficiência.

Vale ressaltar que a inclusão escolar ainda é um desafio a ser enfrentado, pois a inclusão ainda não acontece de verdade, uma vez que tais alunos estão inseridos na classe juntamente com os alunos ditos normais, porém o professor por falta de experiência não consegue verdadeiramente auxiliar estes alunos e proporcionar-lhes um ensino de qualidade. Portanto a inclusão está diretamente ligada às mudanças sociais e o respeito à subjetividade, por isso, é preciso que todos os alunos com necessidades educacionais especiais estejam inseridos no ambiente de forma inclusiva para que todos se sintam iguais na sociedade. "O marco legal da inclusão garante que todos têm o direito de participar como membro da sociedade, inclusive as pessoas com necessidades educacionais especiais" (KELMAN, 2010 p, 38). Portanto no processo educativo quando se tem uma educação de qualidade automaticamente proporcionamos uma educação inclusiva, onde todos são respeitados.

2.2. Legislação atual sobre educação inclusiva e conceito de deficiência intelectual

Como principais referências legais da educação inclusiva, consideramos as mais atuais ainda em vigência. Primeiramente a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*⁵, oferece uma diversidade de possibilidades para educação da pessoa com deficiência, explicitando uma série de apoios e rede de atenção que estão além do simples espaço da sala de aula.

⁵ BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

Em 2007 foi promulgada a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*⁶, através da Portaria Ministerial nº 555, que ressignificou o entendimento Atendimento Educacional Especializado (AEE). Anteriormente entendido como uma modalidade de ensino substitutiva ao ensino comum, particularmente oferecido em classes ou escolas exclusivamente para pessoas com deficiência, após a referida política, passou a ser uma modalidade ensino complementar, ofertada algumas vezes por semana no contra turno da escola comum.

O Decreto Nº 7.611/11⁷ por sua vez, retornou à possibilidade do AEE ser oferecido em classes e escolas especiais na forma substitutiva à educação em classes e escolas comuns, sempre está pareça a melhor opção para o desenvolvimento da pessoa, considerando as condições do meio e do estudante. Assim como a Política, o Decreto dispõe sobre uma série de apoios a aprendizagem, com especial destaque para as Salas de Recursos Multifuncionais, que disponibiliza equipamentos de acessibilidade às pessoas com deficiência dentro da escola, como apoios tecnológicos a aprendizagem.

Por último a mais recente legislação a tratar do assunto foi o *Plano Nacional de Educação* aprovado em 2014, que prevê as ações para o desenvolvimento da educação para uma década. O Plano reforça a ampliação de possibilidades educacionais as pessoas com deficiência em sua Meta 4, já referida na introdução deste trabalho, praticamente repetindo o Decreto 7.611.

Verificamos então que nas duas últimas décadas as legislações e políticas públicas, se voltaram para a criação de uma rede de apoio a educação para as pessoas com deficiência no Brasil. Mas, o quanto desta rede realmente funciona? Como ela se articula e trabalha? Estes são alguns aspectos qualitativos que queremos responder.

2.3. Conceito de deficiência intelectual

⁶ A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência. (BRASIL, 2008)

⁷ Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o AEE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 06 abr. 2015.

O conceito de deficiência intelectual com o qual trabalhamos é emprestado das principais atualizações semânticas e conceituais presentes na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Considerando sempre a pessoa em primeiro lugar, como sujeito que tem consciência de si e todo que o cerca, respeitando assim seus direitos inerentes a condição humana. Assim o conceito de deficiência não pode ser identificado como incapacidade palavra que traz consigo uma carga negativa em relação à pessoa, que na verdade é dada a partir de uma relação entre a pessoa e o meio que é inacessível a sua condição.

No decorrer histórico, muitos vocabulários foram referência no tratamento às pessoas com deficiência, como:

(...) oligofrênica; cretina; tonta; imbecil; idiota; débil profunda; criança subnormal; criança mentalmente anormal; mongoloide; criança atrasada; criança eterna; criança excepcional; retardada mental em nível dependente/custodial, treinável/adestrável ou educável; deficiente mental em nível leve, moderado, severo ou profundo (nível estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, 1968); criança com déficit intelectual; criança com necessidades especiais; criança especial etc. (xxxx)

Porém, referências modernas mostram que o termo deficiência intelectual é o mais usual. Primeiro por que fala acerca do que realmente é, ou seja, uma questão do intelecto, sendo, por tanto mais adequado do que deficiência mental, por exemplo, que corresponderia à mente de forma ampla o que não é o caso⁸.

Hoje em dia cada vez mais se está substituindo o adjetivo mental por intelectual. A Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde realizaram um evento (no qual o Brasil participou) em Montreal, Canadá, em outubro de 2004, evento esse que aprovou o documento DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. Observe-se que o termo intelectual foi utilizado também em francês e inglês: Déclaration de Montreal sur la Déficience Intellectuelle, Montreal Declaration on Intellectual Disability).

Por fim, a *Declaração de Montreal*, construída com a participação de representantes brasileiros, assume o termo deficiência intelectual como sendo o mais adequado. O que mostra que há um consenso político sobre isso.

⁸ SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (org.). Mídia e Deficiência. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165; VIVARTA, Veet (org.). Medios de comunicación y discapacidad: análisis periodístico desde la óptica de los derechos del niño. Brasília: Save the Children Suecia, Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 160-165; e Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

2.4. A Educação Inclusiva no contexto de uma escola aberta a Diversidade

A Educação Inclusiva na atualidade vem se configurando como um sistema paralelo ao segregado, focado mais especificamente no atendimento especializado de indivíduos com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e / ou de comportamento, e altas habilidades.

Nesse sentido, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares impõe grandes desafios ao sistema de ensino. De um lado, destaca-se a reorganização da oferta educacional integrando os contextos regular e especial de educação. Contudo, a educação especial passa a ser parte integrante do contexto geral da educação, colocando seus recursos e serviços especializados como condição indispensável à escolarização dos alunos com necessidades educacionais, sob a forma de apoio, complementação e suplementação ao currículo comum.

O princípio básico da Educação Inclusiva é que todos os alunos, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois estas se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias (UNESCO, 1994).

De outro lado, a ressignificação das políticas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, cujas propostas, até então, muito pouco, ou quase nada, contribuíram em termos de fundamentos teórico-metodológicos que subsidiam o atendimento aos alunos da educação especial nas salas de aula comuns.

Portanto, a Educação Inclusiva vem sendo considerada como uma nova cultura escolar, deixando de ser apenas uma proposta educacional: proposta essa que visa o bom andamento da aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas experiências prévias de escolarização.

Diante disso, nos dias atuais, percebe-se que a Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua ‘socialização’. A inclusão escolar só é significativa quando proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com desenvolvimento das habilidades e de aprendizagem.

2.5. A escolarização de alunos com deficiência intelectual

A inclusão dos alunos com deficiência intelectual nas turmas regulares de ensino vem acontecendo desde a década de 1990. Diante disso, a educação passa a ter um papel preponderante no processo de reversão da condição “deficitária” dos sujeitos, na medida em que venham oferecer caminhos para a superação das dificuldades e limitações individuais por meio do acesso à escola regular e de permanência nela, acenando a possibilidade do compartilhamento de experiências formais de aprendizagem, para a aposta na aprendizagem mediada pelas múltiplas mediações oportunizadas pela imersão em diversas experiências sociais desafiadoras e para a luta contra o conformismo da crença e determinismo biológico.

É esse conjunto de ideias que vem a sustentar a possibilidade da inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, indicando o imperativo da adoção de currículos comuns.

Vale destacar que os alunos com deficiência intelectual têm sido entendido como aqueles em que o desenvolvimento dos indivíduos é mais lento e mais comprometido dos que aqueles denominados “normais”. Contudo, não se pode negar a existência de dificuldades que cercam esses alunos, devido a suas limitações de ordem neurológica e intelectual, inerentes ao próprio indivíduo, que exigem deles mediações especiais para constituir-se na condição de aprendiz. Essas limitações afetam gravemente a sua capacidade para resolver os problemas frente às exigências a que são submetidos no seu cotidiano.

A escola, porém, é a responsável em dispor recursos e procedimentos para que os alunos possam caminhar além de seus limites. Tais dificuldades que apresentam os alunos com deficiência mental têm levado professores modificarem sua prática pedagógica, fazendo que proponham atividades de menor complexidade.

Segundo Mantoan (1997), o processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os alunos.

É comumente indiscutível que a deficiência intelectual é causada por vários fatores, desde problemas genéticos, doenças infecciosas, envenenamento por radiação e desnutrição. Contudo, a deficiência intelectual pode se manifestar de formas e intensidades diferentes, podendo até mesmo vir acompanhada de alguma limitação física.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Construir um diagnóstico qualitativo breve sobre a rede de apoio a inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual nas classes regulares do ensino comum, disponível em Carinhanha, sob o olhar dos professores, evidenciando principalmente suas maiores dificuldades.

3.2 . Objetivos específicos

- Identificar a rede de apoio à inclusão escolar da pessoa com deficiência intelectual e múltipla disponível em Carinhanha;
- Descrever o funcionamento dessa rede apontando suas principais dificuldades;
- Apresentar um diagnóstico breve sobre a situação da inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual sob o ponto de vista dos docentes.

4. METODOLOGIA

4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

O trabalho foi construído usando metodologia qualitativa, seguindo a bibliografia de Martins⁹, com vistas a possibilitar a diversidade de técnicas de análise de dados da pesquisa, levando em conta as especificidades dos contextos e dos indivíduos que participaram da pesquisa.

Prosseguindo a realização dos objetivos propostos o trabalho se concentrou em uma pesquisa de campo que foi realizada em uma escola municipal selecionada. O principal instrumento de coleta de dados foi às entrevistas semiestruturadas e documentos oficiais da instituição.

Os dados coletados serão analisados em conformidade com referencial teórico já citado anteriormente.

4.2. Contexto da Pesquisa

O estudo da pesquisa foi realizado na escola A.P.S da rede municipal de Carinhanha no estado da Bahia. A escola foi fundada em 1988, média de alunos são de 389 alunos, do 1º ao 9º ano, funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. A escola é composta por 28 funcionários sendo: 01 Diretora, 02 Vices diretoras, 01 coordenadora, 15 professores graduados em Letras, Pedagogia, Matemática, Geografia, História, 01 auxiliar de secretaria, 03 merendeiras, 03 faxineiras, 01 vigia e 01 porteiro.

O Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha (NAEIC) foi fundado em 2012. Funcionários e formação que desenvolve trabalhos pela instituição são: três psicopedagogos, três professores de salas de recurso, um fisioterapeuta, um psicólogo, um coordenador, dois auxiliares de serviço (recepcionista, cozinheira/e faxina) horário de atendimento acontece no turno oposto do regular, duas a três vezes por semana de 40 a 60 minutos por atendimento, são atendidos aproximadamente 95 alunos. Especialidades dos alunos são: deficiência física, auditiva e intelectual.

⁹ MARTINS, Heloísa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, v.30, p.289-300, 2004.

A APAE foi fundada 10/03/1993 e conta com uma média de 96 alunos matriculados, além de possuir quatro salas, um laboratório, 3 banheiros, uma sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma cozinha e repertório, um salão, uma secretaria, uma sala de oficina, 3 professores, uma diretora, um monitor de oficina, um monitor de capoeira, uma monitora de sala, funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno.

4.3. Participantes

Os participantes desta pesquisa são 03 professoras de uma escola pública regular da rede municipal que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais.

O critério adotado para a seleção dos professores foi feito através das salas de aulas que continham alunos com necessidades especiais.

4.4. Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais:

- 1 Gravador de áudio;
- 6 questionários impressos;
- 1 relatório impresso sobre os dados coletados;
- Um computador com conexão com a internet, para transmissão de conteúdos e pesquisa de bibliografia.

4.5. Instrumentos de Construção de Dados

A coleta de dados qualitativos foi feita através de roteiros de entrevista, devidamente estruturados para atender ao proposto nos objetivos. As entrevistas foram feitas com os professores da rede pública municipal de ensino. Segue abaixo o instrumento utilizado:

Entrevista com professores

Roteiro de entrevista para professor

1- A LDB prevê a possibilidade de a escolarização da pessoa com deficiência acontecer em escolas comuns, classes, escolas ou serviços especializados, em sua opinião em qual desses espaços a pessoa com deficiência intelectual tem maior proveito em sua aprendizagem?

- 2- Você usa algum método diferenciado para o ensino do estudante com deficiência intelectual?
- 3- O estudante com deficiência intelectual participa de todas as atividades desenvolvidas em sala de aula?
- 4- A pessoa com deficiência intelectual tem um aprendizado satisfatório conforme as diretrizes curriculares da educação básica?
- 5- As atividades do Atendimento Educacional Especializado tem surtido efeito satisfatório no desenvolvimento escolar do estudante com deficiência intelectual?
- 6- Existe um professor apoio em sala para auxiliar a pessoa com deficiência intelectual a entender melhor o conteúdo e realizar as atividades?
- 7- Existe uma socialização positiva entre os estudantes com e sem deficiência intelectual? Em caso negativo aponte quais ações tem sido tomada para melhorar a convivência.
- 8-Quais dificuldades são encontradas na rede regular de ensino no processo de inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais?
- 09-A escola possui a estrutura física e os recursos necessários para atender a demanda dos estudantes com deficiência intelectual?
- 10- Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes com deficiência intelectual?
- 11- O que você tem feito para que estudante com deficiência intelectual acompanhe o resto da turma?
- 12- Em sua opinião, qual a real possibilidade de inclusão do aluno com deficiência intelectual na rede comum?
- 13- A escola possui acessibilidade, recursos humanos e materiais pedagógicos necessários à inclusão?
- 14 – O que ainda pode melhorar no sistema educacional para garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência intelectual?

As questões foram elaboradas com base no referencial teórico, buscando entender melhor os apoios disponibilizados a aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual.

4.6. Procedimentos de Construção de Dados

As entrevistas foram realizadas conforme cronograma previamente agendado com os professores entre os meses de setembro e outubro de 2015, isto, após a aprovação da proposta de pesquisa por parte da escola. Os professores voluntários que participaram da pesquisa ministram aula para estudantes com deficiência intelectual e assinaram um termo de consentimento, que especificava os métodos e objetivos da pesquisa.

As informações constantes da coleta de dados foram organizadas e analisadas em conformidade com o referencial teórico do trabalho. O relatório da pesquisa consta ao final deste trabalho.

4.7. Procedimentos de Análise de Dados

O procedimento de análise dos dados foi feito organizando as informações em tabelas separadas por participante e por pergunta, para facilitar a categorização.

Através da problematização desta monografia: Os desafios dos Professores de uma escola regular de Carinhanha frente ao Processo de Inclusão Escolar, iniciou-se uma investigação para a análise e coleta de dados entrevista na escola com os professores para discussão dos resultados. Os dados obtidos foram através de entrevistas com as professoras para uma obtenção melhor de resultados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo sistematizamos os resultados da entrevista com professores da rede pública municipal, do centro de atendimento educacional especializado e da APAE que oferece educação especial na modalidade substitutiva, aqui identificados respectivamente como, Professo A, Professor B e Professor C.

Analisaremos os resultados através das tabelas que se seguem:

Quadro 1. A LDB prevê a possibilidade da escolarização da pessoa com deficiência acontecer em escolas comuns, classes, escolas ou serviços especializados, em sua opinião em qual desses espaços a pessoa com deficiência intelectual tem maior proveito em sua aprendizagem?	
Professor A	Segundo a professora na maioria das vezes na escola comum, mas uma pessoa muito tímida demora muito tempo para confiar nesta possibilidade, tem casos que os alunos demoraram um ano para se adaptarem.
Professor B	Em escola comum, aberta a diversidade, objetivando possibilidade de inclusão.
Professor C	Classes especiais, APAE e escola especializadas.

Apesar dos professores das 3 esferas do ensino concordarem que não existe um espaço único de educação e que o importante é que a educação seja de qualidade, independente do lugar em que ela acontece, a maioria acredita que o melhor lugar para o desenvolvimento da escolarização é a rede comum de ensino. Apenas a professora da escola especial, manifestou que a escola especial substitutiva é o melhor espaço para escolarização.

Quadro 2. Você usa algum método diferenciado para o ensino do estudante com deficiência intelectual?	
Professor A	Como tem uma sala mista, o método é um só, mas as atividades e

	maneira de avaliar são diferentes.
Professor B	Sim, mas cabe ressaltar que não existe um método ideal para o direcionamento das atividades dos alunos com deficiência intelectual; utilizo atividades lúdicas e instrumentos próprios da psicopedagogia para que o estudante desenvolva suas habilidades cognitivas facilitando a construção do conhecimento.
Professor C	Sim

Verificamos que na escola comum o método de ensino não varia conforme as necessidades educacionais específicas do estudante com deficiência intelectual. Já no centro de AEE, o atendimento é totalmente especializado seguindo os métodos da psicopedagogia. Já a escola especial, oferece igualmente um atendimento completamente focado nas necessidades específicas do estudante com deficiência, inclusive oferecendo apoios que extrapolam os apoios educacionais, fazendo uma integração de atendimentos com a assistência social e a saúde.

Quadro 3. O estudante com deficiência intelectual participa de todas as atividades desenvolvidas em sala de aula?

Professor A	Participam das atividades físicas, jogos, as atividades escritas cada uma no seu nível. Não, cada tipo de deficiência e dificuldade possui seu ritmo não pode forçar porque cada um tem a sua maneira de aprender no ritmo certo.
Professor B	Não. O estudante precisa de um tempo maior na realização das atividades, por isso é encaminhado para a sala de recursos na própria escola ou no AEE.
Professor C	Em alguns casos sim, uns desenvolvem mais, mas outros são mais

	lentos.
--	---------

Em todos os espaços os professores ressaltam a ideia de respeitar o tempo do aprendizado, ainda que em algumas situações o estudante tenha que ficar separado dos demais estudantes, para finalizar a atividade proposta. Assim está claro que a pessoa com deficiência intelectual principalmente precisa de um tempo maior para realização das atividades.

Quadro 4. A pessoa com deficiência intelectual tem um aprendizado satisfatório conforme as diretrizes curriculares da educação básica?	
Professor A	Sim
Professor B	Não, A pessoa com deficiência intelectual tem dificuldade de organizar os seus conhecimentos principalmente em escolas que ainda mantém o ensino conservador.
Professor C	Sim, tem que atender a eles de acordo com habilidade e competência deles.

A professora do AEE foi a única a reconhecer que a pessoa com deficiência intelectual tem dificuldade de acompanhar o currículo proposto para educação básica de maneira satisfatória. As demais justificaram afirmando que eles têm um desenvolvimento satisfatório considerando o seu desenvolvimento a partir deles mesmos e não a partir de um referencial preestabelecido, como a Provinha Brasil, por exemplo, que gera indicadores de qualidade da educação básica.

Quadro 5. As atividades do Atendimento Educacional Especializado têm surtido efeito satisfatório no desenvolvimento escolar do estudante com deficiência intelectual?	
Professor A	Não
Professor B	Sim, as atividades funcionam como um regulador externo de aprendizagem e são coerentes com uma perspectiva em que o grande

	objetivo e determinante que falta ao aluno para ter sucesso.
Professor C	Não, somente o professor pode assumir essa função.

A avaliação positiva do AEE só foi feita pela própria professora do AEE, os demais não consideraram o que os atendimentos atendidos neste serviço estão tendo avanços satisfatórios em seu aprendizado, ao menos no que se refere à pessoa com deficiência intelectual.

Quadro 6. Existe um professor apoio em sala para auxiliar a pessoa com deficiência intelectual a entender melhor o conteúdo e realizar as atividades?

Professor A	Não
Professor B	Não, mas seria interessante um professor de apoio faria a diferença no processo de aprendizagem e na vida dos estudantes com deficiência intelectual.
Professor C	A própria professora já assume este papel.

No caso da APAE, como todos os atendimentos já são especializados e o tratamento em sala de aula é individualizado a professora reconheceu logo que não dispõe de apoios especializados. A professora do AEE, diz não haver, mas considera a ideia muito boa. Já a professora da classe comum observa que ela mesma assume a função de apoio da pessoa com deficiência intelectual, no entanto, como a professora tem que lidar com os demais estudantes, certamente o atendimento não especializado nem individualizado.

Quadro 7. Uma socialização positiva entre os estudantes com e sem deficiência intelectual? Em caso negativo aponte quais ações tem sido tomadas para melhorar a convivência.

Professor A	Sim, vamos para o campo de futebol, mas as meninas não jogam juntos com os meninos, porém os meninos com deficiência se interagem
--------------------	---

	normal com os outros.
Professor B	Nem sempre. Depende da conscientização e o sentimento de igualdade da turma. É necessário que haja mudanças de atitudes. Quanto à diferença, principalmente a não rejeição dos alunos com deficiência intelectual.
Professor C	Sim

As respostas divergem na categoria socialização. A APAE tem atividades de inclusão, reunindo os estudantes com deficiência intelectual com os estudantes sem deficiência no campo de futebol, por exemplo, momento em que não aparece nenhum fato de discriminação, sendo o esporte um mecanismo de aproximação e inclusão social neste caso. Já a professora o AEE, reconhece a necessidade de algumas estratégias para melhor socialização dessas pessoas no ambiente escolar.

Quadro 8. Quais dificuldades são encontradas na rede regular de ensino no processo de inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais?

Professor A	Acredita que a capacitação do profissional é um problema, ela gostaria de ter uma capacitação, não um cursinho de dois ou três meses, mas uma capacitação para entende melhor como trabalhar com cada um deles, porque em sua turma há vários tipos de deficiência de dificuldade de aprendizagem, segundo ela dificilmente iria dominar todos os campos, mas gostaria de fazer um curso de libras, para ajudar uma aluna deficiente auditiva, porém ela consegue passar algo para essa aluna, a mesma demonstra facilidade em aprender. Mas falta sala de recurso.
Professor B	São muitas as dificuldades encontradas, falta de qualificação dos profissionais, espaço físico inadequado, falta de entusiasmo, baixos salários, em fim percebe-se que nas escolas de ensino regular, não existe uma proposta pedagógica diferenciada para atendê-los faltando

	tudo.
Professor C	Falta de professor qualificado, material didático e curso de libras e braile para auxiliar os alunos.

O reconhecimento da falta de uma proposta estruturada para educação das pessoas com deficiência intelectual foi geral entre os entrevistados. As dificuldades são muitas e os apoios não são suficientes para atender a demanda. Neste sentido a principal queixa é em relação a falta de formação dos profissionais da educação em métodos especializados de atendimento.

Quadro 9. Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes com deficiência intelectual?	
Professor A	Não, pois não tenho especialização na área, mas sou pedagoga e tenho experiência com um irmão esquizofrênico, tive que pesquisar buscar conversar com profissionais para orientar, e consegui atualmente meu irmão estar cursando o 1º ano em uma escola estadual, mas tive que aprender muito para lidar com a situação e essa experiência facilita meu trabalho com os alunos e também a prática de ensino do magistério e da pedagogia.
Professor B	Sim, procuro adquirir conhecimento em cursos, capacitação, troca de experiência e assisto vídeos na internet.
Professor C	De início não, tive muita dificuldade, mas fui aprendendo, porém preciso de mais cursos para auxiliar no aprendizado dos estudantes.

A professora da APAE não se posicionou sobre estrutura da escola em si, mas sobre sua própria formação, alegando ter formação superior em pedagogia, mas além disso tem a

experiência familiar de ter um irmão esquizofrênico, isso contribuiu para sua prática diária na escola especial.

Já a professora do AEE, expõe que se sente preparada, no entanto, sua principal fonte de pesquisa são os vídeos na internet, não apontando nenhuma metodologia objetiva para trabalhar com as pessoas com deficiência intelectual.

A professora da rede regular admite precisar de mais capacitação para atuar em salas de aula inclusivas.

De forma geral concluímos que os professores não estão devidamente capacitados em métodos de trabalho objetivos para trabalhar com as pessoas com deficiência intelectual, reclamando principalmente da falta de capacitação.

Quadro 10. O que você tem feito para que estudante com deficiência intelectual acompanhe o resto da turma?	
Professor A	Tenho procurado respeitar os direitos e fazer com que os alunos aprendam com a estudante com deficiência que o outro é importante e o que ela não quer para ela não pode fazer pro outro e às vezes quando há alguns deslizes procuro contornar a situação pra não deixar haver atrito.
Professor B	Procurou desenvolver atividades em grupo visando à socialização, oficinas psicopedagogias. Desenvolvo atividades iguais ou semelhantes, visando a coordenação motora, percepção visual, brincadeiras, interação, participação e desenvolvimento deste nas atividades propostas possibilitando-lhe o acesso ao conhecimento.
Professor C	Tem que haver um entrosamento entre eles, para que cada um entenda a sua limitação.

As professoras agem com muita boa vontade, tentando harmonizar os conflitos quando eles acontecem e repassar aos estudantes princípios típicos da moral cristã, como

respeito ao próximo. Além de se passearem no que diz a legislação de direitos humanos em relação ao respeito às potencialidades e particularidades de cada indivíduo.

Quadro 11. - Em sua opinião, qual a real possibilidade de inclusão do aluno com deficiência intelectual na rede comum?	
Professor A	Pouca
Professor B	Penso que é necessária à adequação das práticas pedagógicas no sentido de que o aluno com deficiência intelectual possa apropriar-se dos mesmos conhecimentos que os demais alunos, de acordo com as suas limitações.
Professor C	Agora a lei está a favor da matrícula e os alunos são aceitos nas escolas, mas ainda existe preconceito, nem toda escola está preparada para atender esses alunos. Precisa de pessoas qualificadas, ainda existem barreiras.

Em relação às atuais perspectivas de inclusão da pessoa com deficiência intelectual, as professoras são pessimistas, mostrando que apesar da garantia da matrícula a escola comum não oferece condições mínimas para o avanço qualitativo do ensino para estas pessoas.

Em geral a pesquisa realizada levou em consideração três categorias de análise: 1. Socialização; 2. Apoios; 3. Aprendizagem. Assim, foram confrontadas a opinião de 3 professores que trabalham em ambientes distintos, mas todos com uma só função, a de servir de rede de apoio à inclusão escolar.

Uma vez, confrontadas estas opiniões chegamos à conclusão de que a realizada da rede ensino municipal, não dispões dos apoios necessários para o sucesso dos estudantes com deficiência intelectual na escola, assim como os índices de aprendizagem são baixos. O ponto positivo apontado é a socialização, que tem tido algum avanço principalmente nas atividades esportivas. De forma geral a inclusão deve ser repensada como sistema, para que seja possível cumprir com as determinações legais de direito a educação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Focando na análise dos dados das entrevistas e nos objetivos propostos para este trabalho, podemos considerar que, a rede de apoio à inclusão, que no caso do Município de Carinhanha consiste na escola comum da rede regular de ensino, o centro de atendimento educacional especializado (AEE) e da APAE como escola especial substitutiva e também como apoio educacional aos estudantes incluídos, são insuficientes para demanda dos estudantes com deficiência intelectual.

É função da escola em parceria com os pais e encarregados de educação, atenuar as assimetrias sociais que vão surgindo ao longo do processo educativo. Pois é fundamental proporcionar condições para todos os estudantes consigam se desenvolver e percorrer o seu próprio caminho escolar.

Os alunos com necessidades educacionais especiais inseridos na sala de aula regular vêm vivendo uma experiência grandiosa, porém muito sofrida, pois vem aprendendo o convívio do trabalho coletivo, mas ao mesmo tempo sem os apoios necessários para seu desenvolvimento positivo. De acordo com Góes (2002), Vygotsky fez muita crítica à escola especial de sua época, no entanto, ele insistiu na existência de uma educação especial que atendesse aquilo de que a criança necessitava.

Segundo ele, a educação escolar deveria levar em conta a organização sociopsicológica peculiar dos casos de deficiência; embora as leis gerais do desenvolvimento sejam as mesmas para todas as crianças, seria preciso manter metas educacionais elevadas, promovendo a construção de capacidades, sem se atrelar ao nível de desenvolvimento já alcançado pelo aluno, com condições que atendam às singularidades ligadas ao tipo de deficiência. Deste modo, os recursos especiais e caminhos alternativos não ficam dispensados, porque o aluno está frequentando uma escola regular. Portanto, pensar a inclusão pressupõe políticas educacionais claras, coerentes e fundamentadas nas relações sociais. As questões teóricas do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial, entretanto pouco se tem feito no sentido de sua aplicação prática.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1997.

BEYER, H.O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos em necessidade educacionais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006, 2ª edição.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o AEE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 06 abr. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos da Educação Especial**. – Curitiba: Ibpx, 2006. 102 p.

FERNANDES, Sueli. **Metodologia da Educação Especial**. – Curitiba: Ibpx, 2006. 167 p.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica? Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi**. _5. ed. _ 3. reimpr. _ São Paulo: Atlas, 2009.

KELMAN, Celeste Azulay. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 38.

MANTOAN, M.T. E. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna: 1997.

MARTINS, Heloísa Helena T. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Revista Educação e Pesquisa, v.30, p.289-300, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: VIVARTA, Veet (org.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165; VIVARTA, Veet (org.). **Medios de comunicación y discapacidad: análisis periodístico desde la óptica de los derechos del niño**. Brasília: Save the Children Suecia, Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 160-165; e Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

UNESCO, Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 20/nov./2015.

APÊNDICES

Apêndice A. Roteiro de entrevista para professor.

- 1- A LDB prevê a possibilidade da escolarização da pessoa com deficiência acontecer em escolas comuns, classes, escolas ou serviços especializados, em sua opinião em qual desses espaços a pessoa com deficiência intelectual tem maior proveito em sua aprendizagem?
- 2- Você usa algum método diferenciado para o ensino do estudante com deficiência intelectual?
- 3- O estudante com deficiência intelectual participa de todas as atividades desenvolvidas em sala de aula?
- 4- A pessoa com deficiência intelectual tem um aprendizado satisfatório conforme as diretrizes curriculares da educação básica?
- 5- As atividades do Atendimento Educacional Especializado tem surtido efeito satisfatório no desenvolvimento escolar do estudante com deficiência intelectual?
- 6- Existe um professor apoio em sala para auxiliar a pessoa com deficiência intelectual a entender melhor o conteúdo e realizar as atividades?
- 7- Existem uma socialização positiva entre os estudantes com e sem deficiência intelectual? Em caso negativo aponte quais ações tem sido tomadas para melhorar a convivência.
- 8-Quais dificuldades são encontradas na rede regular de ensino no processo de inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais?
- 9-A escola possui a estrutura física e os recursos necessários para atender a demanda dos estudantes com deficiência intelectual?
- 10- Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes com deficiência intelectual?
- 11- O que você tem feito para que estudante com deficiência intelectual acompanhe o resto da turma?
- 12- Em sua opinião, qual a real possibilidade de inclusão do aluno com deficiência intelectual na rede comum?
- 13- A escola possui acessibilidade, recursos humanos e materiais pedagógicos necessários à inclusão?
- 14 – O que ainda pode melhorar no sistema educacional para garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência intelectual?

ANEXOS

Anexo A



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

__que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

Anexo B



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa
 _____,
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas,*
observações e filmagens etc) do atendimento _____ (*local na*
instituição a ser pesquisado) com _____ (*participantes da pesquisa*). A
 pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e
 término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela*
instituição), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da*
instituição onde os dados serão coletados), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos
 sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e
 bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

Anexo C



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente, _____

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____